

Jurisprudência em Sinopse¹



TST²

■ Defere-se mandado de segurança para cassar reintegração de empregado determinada sem prova documental, conforme art. 311, inc. II, do CPC, consignando-se que a prova da incapacidade laborativa demandaria perícia (SBDI-II, DEZENA DA SILVA).

TST-ROT-5757-64.2022.5.15.0000

■ Defere-se mandado de segurança contra medida executiva atípica que proibiu o impetrante, clube de futebol profissional, de participar em competições, por não se revelar útil, proporcional e adequada, não demonstrado o prévio esgotamento das medidas típicas e a existência de patrimônio expropriável (SBDI-II, AMAURY PINTO JR).

TST-Ag-ROT-80384-78.2021.5.22.0000

■ Pretensão rescisória direcionada a acórdão de execução que meramente reproduz matéria analisada na fase de conhecimento julgada improcedente (SBDI-II, MORGANA RICHIA). **TST-ROT-1385-56.2019.5.05.0000**

■ Vínculo de emprego de motorista, indevidamente “pejotizado”, que se reconhece, reformando decisão do TRT, pois os elementos fáticos reconhecidos no 2º Grau assim o permitem (2T, MARIA HELENA). **TST-RR-11715-20.2015.5.03.0094**

¹Sinopse elaborada pelo NUGEP-NAC do TRT-9º, resumindo as ementas em única frase. Os links remetem a dados do processo, acórdão e ementa.

²Ementas publicadas no **Informativo TST 263**

■ No caso de cessão de atleta profissional de futebol, o clube cedente não responde pelos recolhimentos do FGTS do período da cessão (3T, GODINHO DELGADO).

TST-RR-101444-72.2016.5.01.0031

■ Reconhecido direito a jornada reduzida à reclamante, empregada pública, sem redução de remuneração e sem compensação de jornada, para cuidado da filha menor, com transtornos de espectro autista, de linguagem receptiva, expressiva e de leitura, para acompanhamento para atividades multidisciplinares e tratamentos médicos e terapêuticos (3T, GODINHO DELGADO). **TST-RR-1001543-10.2017.5.02.0013**

■ Na forma da Súmula 736, do STF, é competente a Justiça do Trabalho para processar e julgar ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho contra o Estado da Bahia com base em normas de higiene e segurança dos trabalhadores em seus hospitais (3T, FREIRE PIMENTA). **TST- AIRR-547-81.2017.5.05.0001**

■ Os conselhos de fiscalização profissional têm personalidade jurídica de direito público e é indispensável a aprovação em concurso público para ingresso em seus quadros, nos termos da ADI 1717/DF, do STF, que tem eficácia “ex tunc” (7T, LACERDA PAIVA).

TST-ARR-237-74.2015.5.17.0013

■ É competente a Justiça do Trabalho para processar e julgar ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho contra o Município com base em normas de higiene e segurança dos trabalhadores (7T, CLÁUDIO BRANDÃO).

TST-RR-1047-84.2018.5.20.0005

■ Julgamento proferido com base no Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, do CNJ, em que se considera discriminatória a dispensa de empregada, após incompatibilidade do empregador com o seu marido (8T, DELAÍDE ARANTES).

TST-RR-228-39.2017.5.10.0013

■ Indenização por dano moral por promessa frustrada de contratação, fixada no valor R\$ 300.000,00, considerado exorbitante e reduzido para R\$ 100.000,00 (8T, DELAÍDE ARANTES). **TST-RRAg-2032-97.2014.5.09.0652**

■ Reconhecido direito ao regime de teletrabalho ao reclamante, empregado público, para trabalho no exterior, para acompanhar tratamento de filho com deficiência (8T, AGRA BELMONTE). **TST-AIRR-1208-69.2018.5.17.0008**

■ A dispensa por justa causa, na forma do art. 482, “d”, da CLT, decorrente de condenação criminal somente se consuma se a pena restritiva de liberdade impede a efetiva execução do contrato de trabalho (8T, AGRA BELMONT). **TST-RR-403-88.2021.5.10.0111**

Célio Horst Waldraff

*Desembargador Presidente
do NUGEPNAC do TRT-PR*

Dúvidas ou sugestões:

*nugep@trt9.jus.br - Ramal 3310-7153
Al. Doutor Carlos de Carvalho, 528
2º andar do prédio anexo*